

Diálogos interculturais e narrativa épica no “Romance brasileiro” Gupeva, de Maria Firmina dos Reis

Intercultural dialogues and epic narrative in "Brazilian romance" Gupeva, from Maria Firmina dos Reis

Claudia Letícia Gonçalves Moraes*
Universidade de Brasília - UnB

28

Danglei de Castro Pereira*
Universidade de Brasília - UnB

RESUMO: O presente trabalho objetiva apresentar uma investigação sobre o conto indianista Gupeva (1861-2), da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1825-1917), enfocando a imagem do índio engendrada pela autora. Como uma escritora romântica de seu tempo, Maria Firmina arquitetou, no conto em análise, um ideário de nação por meio da abordagem da temática indígena. Assim, o encontro da cultura europeia com a cultura indígena surgirá como ponto de análise, no sentido de registrar a contribuição da autora ao pensamento social brasileiro do período e de marcar o seu ideário acerca da questão nacional. A literatura da autora ganha relevância ao se propor problematizar a realidade em que está inserida, dando protagonismo a Gupeva, que é uma das personagens do texto de Santa Rita Durão (**Caramuru**). Para fundamentação deste trabalho serão utilizados autores como Cândido (2007), Mendes (2006) e Morais Filho (1975) a fim de compreender de que maneira a autora intenta construir literariamente uma épica que ilustre a formação de nossa nação. **Gupeva** apresenta uma

* Doutoranda em Literatura da Universidade de Brasília (UnB).

* Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

narrativa que põem em relevo elementos do Romantismo como o refúgio no passado, e a reinvenção do bom selvagem, centrando suas atenções no diálogo entre culturas.

PALAVRAS-CHAVE: Maria Firmina dos Reis. Diálogos interculturais. Século XIX. Temática indígena.

ABSTRACT: The present work aims to present an investigation about the Gupeva Indian tale (1861-2), by the Maranese writer Maria Firmina dos Reis (1825-1917), focusing on the image of the Indian engendered by the author. As a romantic writer of her time, Maria Firmina, in the tale under analysis, designed an idea of nation through the approach of the indigenous theme. Thus, the encounter of European culture with indigenous culture will arise as a point of analysis, in order to record the author's contribution to the Brazilian social thought of the period and to mark his ideas about the national question. The author's literature gains relevance by proposing to problematize the reality in which it is inserted, giving prominence to Gupeva, who is one of the characters in the text of Santa Rita Durão (Caramuru). In order to justify this work, authors such as Cândido (2007), Mendes (2006) and Morais Filho (1975) will be used in order to understand how the author attempts to construct an epic that illustrates the formation of our nation. Gupeva presents a narrative that highlights elements of Romanticism as the refuge in the past, and the reinvention of the good savage, focusing his attention on the dialogue between cultures.

KEYWORDS: Maria Firmina dos Reis. Intercultural dialogues. XIX century. Indigenous theme.

1 Introdução

A análise que aqui se apresenta propõe uma reflexão sobre a produção de uma importante escritora brasileira do século XIX, Maria Firmina dos Reis, que vem sendo resgatada pela crítica contemporânea, o que demonstra a necessidade e a pertinência desse movimento que dá visibilidade à autoria feminina no âmbito da historiografia literária brasileira. Neste artigo será analisado o conto indianista intitulado **Gupeva, romance brasiliense** (1861), a partir das noções que põem em relevo o contato entre culturas que se caracteriza, no contexto da obra, como um choque cultural que culmina em tragicidade, além das considerações sobre narrativa épica e a relevância do movimento romântico indianista que tem como projeto uma certa “invenção” da nação brasileira por meio da literatura. Sendo uma filha do seu tempo, em que o Romantismo imperava formal e tematicamente na literatura, Maria Firmina também se dedicou, dentre outros interesses, a abordar o indianismo como mote consistente para construir um ideário de nacionalidade.

Isto colocado, será adotada aqui uma perspectiva analítica que fará uma junção entre leitura da obra literária e cruzamento com o escopo teórico escolhido para a abordagem do texto literário. Começaremos pelo engajamento da autora e seu posicionamento político que se refletia em sua literatura, compreendendo também que estudar obras que estiveram relegadas à margem do cânone e da historiografia equivale a prestigiar com um olhar acurado aqueles que foram espoliados dos privilégios de gênero, raça e classe que formaram, e ainda hoje formam, a base da sociedade brasileira. Assim, autores como o precursor José Nascimento Morais Filho (1975), Algemira Macedo Mendes (2006) e Rafael Balseiro Zin (2016) são basilares para resgatar vida e obra da autora. Já Antonio Candido (2007), Benedict Anderson (2005) e Luciana Murari (1999) iluminarão pontos relativos à construção da nação por meio do ideário de uma comunidade imaginada e sua estreita relação com a literatura e as artes em geral. Por fim, será discutida a questão do incesto como elemento desestabilizador na perspectiva do desenvolvimento da obra. É importante enfatizar que a crítica que aqui se tece defende um movimento de representatividade de uma literatura antes invisibilizada, ressaltando uma autora de larga produção que ainda não foi pesquisada em toda sua profundidade pela crítica literária brasileira.

2 A autoria engajada de Maria Firmina dos Reis

A maranhense Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís, em outubro de 1825, filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipe dos Reis, e faleceu na vila de São José de Guimarães, próxima à capital da província do Maranhão, em 1917. Trata-se de uma ilustre figura das letras maranhenses¹, tendo atuado, no

¹ No caso da autora em estudo observam-se dois movimentos: um grande período de esquecimento e outro de resgate de sua obra. Esta questão da invisibilização perpassa, também, pelo conceito de cânone literário, que faz um óbvio recorte no intuito de privilegiar uns poucos em detrimento de muitos que ficam de fora de seu grupo seletivo, que geralmente é escolhido pelo poder hegemônico e trata, portanto, também de uma série de exclusões, dentre

decorrer de sua vida, como romancista e professora de primeiras letras - foi a primeira professora efetiva a integrar os quadros do magistério maranhense. O pioneirismo da autora apresenta-se de diversas formas, considerando sua condição na sociedade maranhense do século XIX: era mulher, negra e filha bastarda, além de ter fundado, em 1880, uma escola gratuita mista, que não obteve êxito e fechou suas portas dois anos e meio após sua abertura por ter chocado a sociedade conservadora da época. Nesse contexto adverso, em que as mulheres estavam inseridas numa sociedade que apresentava uma série de limitações e de preconceitos, fica bastante clara a posição de Maria Firmina enquanto mulher consciente de seu papel de transformação como escritora e como professora, desempenhado numa sociedade predominantemente dominada por homens brancos.

As atitudes pioneiras da autora são demonstradas em sua área de atuação², tais como a criação de uma escola mista e a participação ativa na imprensa maranhense, publicando diversas poesias e contos em periódicos. Essa intensa produção nos revela uma escritora engajada, com um aberto posicionamento político demonstrado em sua produção jornalística e ficcional, tocando em temas polêmicos da época como a abolição da escravatura, a figura do negro escravizado como protagonista de suas histórias e, no caso específico da análise aqui colocada, o índio como vítima das mazelas trazidas pela colonização europeia. Rafael Balseiro Zin coloca em sua dissertação de mestrado intitulada **Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista** (2016, p. 18):

As ideias de Maria Firmina dos Reis abrem possibilidades para diferentes tipos de abordagem e de interpretação, seja no campo das ciências sociais, seja no campo dos estudos literários ou mesmo na hibridização entre ambos. Tomar contato com seus textos e com o conjunto de seu pensamento, enquanto cidadã do Império e

as quais pode se pensar o caso de Maria Firmina dos Reis, a qual só veio a ser resgatada em meados do século XX.

² É importante destacar que o trabalho da autora vai desde o professorado em escola primária até sua presença frequente nos jornais da época e seu trabalho como escritora, que passeia entre a poesia (*Cantos à beira-mar*, 1871), o conto (*Gupeva*, 1861) e o romance (*Úrsula*, 1859), esta que é sua obra mais significativa e extensamente estudada.

participante ativa da vida cultural maranhense oitocentista, logo, é surpreender-se com a determinação e o espírito aguerrido de uma mulher que, em pleno século XIX, revela sua sensibilidade artística através da força das palavras.

Desse modo, Maria Firmina dos Reis se apresenta como uma escritora extremamente atuante, não só contribuindo na imprensa maranhense com seus trabalhos que incluíam ficções e crônicas, mas também importante na atuação como folclorista e como compositora, tendo inclusive elaborado o “Hino da libertação dos escravos”, de 1888 (MORAIS FILHO, 1975). Suas publicações apresentam-se de forma admirável, considerando sua condição de mulher negra e de recursos escassos: trata-se de uma autora que tem repercussão nos meios intelectuais, sendo reconhecida por sua vasta produção. Outro dado que chama a atenção é o fato de a autora ter produzido tanto mesmo estando distante da Corte, espaço em que fervilhava a produção intelectual e literária do país. Essa relação ambivalente com a Corte apresenta uma faceta peculiar: esse sentimento nacionalista, tão amplamente propagado por aqueles que estão no centro cultural representado pelo Rio de Janeiro, também chega nas províncias do país, mas os autores deste lado da nação não são assimilados pela então capital do país. A relação entre centro e periferia estabelecida nos domínios do território nacional é similar àquela estabelecida entre a metrópole e a colônia, sendo que as províncias, enquanto periferias, sofriam da mesma desatenção. No caso da autora em análise outros empecilhos se apresentavam: considerando a questão do gênero, as dificuldades de inserção no meio literário eram ainda maiores, já que as mulheres tinham estigmas a elas atribuídos, além de outros problemas como o baixo índice de escolaridade, o que fazia com que o papel social destas mulheres fosse ainda menor, sem possibilidade de ocuparem lugar de fala e frequentarem espaços de poder. É nesse contexto pedregoso, portanto, que se encontram as autoras brasileiras do século XIX. Uma matéria da compilação denominada **O Parnaso Maranhense** (1861) demonstra como era necessário certo espírito subversivo para se contrapor às normas vigentes, todas de uma maneira geral extremamente patriarcalistas e que restringiam a atuação da mulher às esferas doméstica:

Para a mulher escrever dentro de uma cultura que define a criação como dom exclusivamente masculino, e propaga o preceito segundo o qual, para a mulher, o melhor livro é a almofada e o bastidor, é necessário rebeldia e desobediência aos códigos culturais vigentes. (TELLES, 1989, 75 apud CORREIA, 2013, 6)

Estamos diante, portanto, de uma mulher consciente de seu papel, posicionada como escritora e professora, desempenhando uma importante função de pioneirismo naquela sociedade e, dentro das possibilidades da época, desafiando o círculo fechado do patriarcado com sua fértil produção literária que sugeria uma literatura à contrapelo, dialogando com o conceito de história escrita a contrapelo do filósofo Walter Benjamin (1940). Interessante notar que com todo este histórico de produção intelectual ainda se trata de uma autora que ficou à margem do cânone literário do século XIX, tendo sido resgatada pela historiografia literária contemporânea que leva em consideração justamente esta guinada que permite que autores invisibilizados como ela possam ser (re)descobertos em toda sua representatividade e analisados de forma justa pela crítica atual que contesta e problematiza os limites deste cânone hegemônico.

3 O papel da literatura na invenção da Nação: o século XIX brasileiro

O contexto do século XIX brasileiro, visto em retrospectiva, é o momento em que começam a ser delineadas as questões relacionadas à formação do cânone literário nacional, considerando sobretudo as considerações de críticos como Antonio Candido, que trabalham com o conceito de sistema literário³ e tudo que está atrelado a ele: suas apreciações e suas exclusões, bem como a intelectualidade que o compunha e sua função social. Considerando este

³ Antonio Candido, em *Formação da literatura brasileira* (1959), causa uma enorme discussão acerca dos movimentos literários brasileiros. A tese central do livro, bastante polêmica e exposta com muita acuidade pelo autor, foi, à época, aceita por vários estudiosos: para Candido, sociólogo de formação, nas obras anteriores à data arbitrária de 1750 não se observa a conjugação do termo literatura, compreendida pelo autor como um sistema literário que conforma três elementos essenciais: autor, obras e público. Portanto, ainda segundo sua concepção, é a partir do século XIX, com o Romantismo, que o país efetivamente produz uma literatura própria (CÂNDIDO, 2009).

momento histórico como também constituinte de uma ideia de nação enquanto comunidade imaginada⁴, é interessante notar de que maneira os autores da época tinham suas temáticas direcionadas para as questões sobre a realidade local, numa dimensão que explica a ideia de criação de um programa literário nacional pautado na estética romântica. Desse modo, o autor romântico trabalha, estilística e tematicamente, voltado para ficções que expressassem plenamente o contexto nacional, levando em consideração suas particularidades geográficas, seus símbolos e principalmente seus heróis, estes últimos sendo amplamente viabilizados na imagem do índio como principal matriz da ficção romântica.

É a partir desta perspectiva, que releva o compromisso dos autores oitocentistas em retratar a realidade local, que se pode pensar de que modo essa “nação” brasileira foi engendrada literariamente, (re)criada nas obras de autores como Gonçalves Dias e José de Alencar como grandes indianistas que privilegiavam em seus escritos as cores locais⁵ e propõem uma agenda artística em que o índio figura de maneira idealizada. Em relação ao romance, gênero muito em voga no referido século, Antonio Candido faz a seguinte assertiva na obra **Formação da Literatura Brasileira** (2009, p. 431):

No Brasil o romance romântico, nas suas produções mais características (em Macedo, Alencar, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Taunay), elaborou a realidade graças ao ponto de vista, à posição intelectual e afetiva que norteou todo o nosso Romantismo, a saber, o Nacionalismo literário [...], [o qual] consistiu basicamente, como vimos, em escrever sobre coisas locais; no romance, a consequência imediata e salutar foi a descrição de lugares, cenas, fatos, costumes do Brasil. (CANDIDO, 2009, p. 431)

⁴ O termo dá título a um famoso trabalho do historiador estadunidense Benedict Anderson (1983) que discute os temas dos nacionalismos e da formação do sentimento de nação imaginada, ao considerar que os indivíduos dessa nação, mesmo nunca conhecendo integralmente uns aos outros, compartilham signos e símbolos comuns, que os fazem reconhecerem-se como pertencentes a um mesmo espaço imaginário. Dessa forma, imaginar essas comunidades significa tecer uma “rede de parentesco” que dota seus membros de certa particularidade.

⁵ Quanto a isso é interessante notar a importância do francês Jean-Ferdinand Denis (1798-1890), viajante, historiador e escritor que, a partir de seus escritos, alicerça as bases para que romancistas e poetas brasileiros inspirem-se na cor local, proporcionando a criação de uma nova literatura de características próprias.

Esta característica tão preponderante em nossa literatura consistiu, portanto, em elemento de fundamental importância na criação imaginária da nação brasileira que buscava traçar uma identidade própria, desvinculada das influências europeias - daí a importância da valorização do índio nesse momento sócio-histórico⁶ e dos elementos naturais que, forjados na literatura da época, têm como finalidade urdir uma unidade nacional que não é apenas geográfica, mas também afetiva na sua clara consideração sobre a separação entre dois espaços físicos específicos: a América como terra exuberante e natural, com suas qualidades próprias, contra a Europa civilizada e colonizadora.

Assim, a partir deste elemento temos também a idealização do índio, levando em consideração o mito do bom selvagem⁷ inserido no Novo Mundo, vivendo de forma natural e harmoniosa com a natureza, totalmente diversa da sociedade europeia de vida sofisticada e artificial. Esse mito do bom selvagem, incorporado pelas letras nacionais como o índio probo, forte e corajoso, surge como uma crítica ao homem europeu e sua experiência civilizada que é também, de certa forma, degradante. A alteridade se apresenta como uma oposição a este europeu conquistador, uma forma de resistência e um elogio ao nativo americano. Segundo Luciana Murari (1999, p. 50):

[...] o fenômeno romântico, em suas formas múltiplas e muitas vezes contraditórias, pode ser sintetizado em torno da crítica aos valores da modernidade, a partir de uma percepção da perda, no mundo moderno, de valores humanos próprios às sociedades pré-industriais. Daí se compreende o desejo romântico de retorno ao passado nostálgico, onde seria possível recuperar virtudes que faltam à realidade presente. É na adoção de um sistema de valores que tem como referência um ideal do passado que reside a especificidade da crítica romântica à modernidade.

⁶ O projeto romântico tem como mote produzir representações culturais que possam contribuir para a construção de uma identidade coletiva que tem em comum a noção do “nacional” e que guarda, também, sob seu escopo a constituição de uma hierarquia que vai selecionar e estabelecer os conceitos de brasilidade, tendo o indianismo como base.

⁷ Termo criado pelo filósofo e escritor francês Jean-Jacques Rousseau, o precursor do Romantismo na França, que preconizava ser o homem bom por natureza, sendo o convívio social a causa de seu declínio moral (**Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens**, 1754).

Esse retorno ao passado, aliado ao objetivo de demonstrar a oposição entre o homem selvagem e o civilizado, propõe colocar em xeque uma concepção de história e de humanidade engendrada unicamente pela episteme europeia hegemônica. Assim, é construída a imagem de uma América exótica, natural, que questionava a superioridade da civilização do Velho Mundo. O imaginário poderoso sobre o exotismo e a exuberância natural foi ponto forte de difusão do ideário romântico em contexto brasileiro, este que estava preocupado em definir a essência da nação brasileira. Nesse ínterim, a estética romântica tem uma importância não apenas literário-cultural, mas também no sentido de panfletar sobre uma possível independência política. No período em questão muitos escritores brasileiros acreditaram poder identificar o que haveria no país de origem, em contraste com o Velho Mundo, especialmente quando era colocada em destaque a natureza tropical, cristalizada no imaginário nacional e europeu e capaz de simbolizar a singularidade das terras americanas. No que tange à escrita literária, Machado de Assis, em célebre texto intitulado “Instinto de Nacionalidade” (2000, p. 3), faz a seguinte assertiva sobre este contexto de literatura nacional recém-surgida: “Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam”.

Assim, ao escrever o conto **Gupeva**, que já apresenta em seu subtítulo as indicações de sua filiação com a estética romântica que representa o elemento nacional (romance brasiliense), a autora marca um posicionamento consciente de pensar e representar a nação⁸ por meio de uma ficção que retrate temas caros como a escravidão e o contato nefasto entre nativos indígenas e colonizadores. Recorrer tematicamente ao nativismo, à imagem do bom selvagem corrompido pelo contato com o colonizador, ao passado como estado

⁸ Esse posicionamento perpassa não só a obra em análise, mas o conjunto dos escritos da autora como um todo, dando destaque para o romance **Úrsula** (1859) e para o conto **A Escrava** (1887), que levantam diversas questões de cunho racial no período escravagista.

natural das coisas é uma opção estética a qual a autora apela para problematizar e desconstruir o mito do idílio indianista, de clara inspiração europeia e tema gerador de autores românticos clássicos como José de Alencar, que o retrataram intensamente em suas obras.

4 Cultura indígena e cultura europeia no conto Gupeva: identidade e diferença

O conto **Gupeva, romance brasileiro** foi publicado pela primeira vez em 1861, em formato folhetinesco, no jornal *O Jardim das Maranhenses*, tendo alcançado relativo sucesso e, portanto, sendo republicado ainda nos anos de 1863 e 1865, respectivamente no jornal *Porto Livre* e no jornal literário *Eco da Juventude* (MORAIS FILHO, 1975). Trata-se de uma narrativa dividida em cinco capítulos, os quais provavelmente foram assim pensados para atender às demandas do folhetim⁹ em que fora publicado. Também foi republicado na obra de Nascimento de Morais Filho intitulada **Maria Firmina: fragmentos de uma vida** (MORAIS FILHO, 1975).

Ao escrever **Gupeva**, tomando de empréstimo uma das personagens do texto do Frei agostiniano José de Santa Rita (**Caramuru - poema épico do descobrimento da Bahia**, 1781), Maria Firmina também faz referência às personagens Paraguaçu e Caramuru. Há ainda outras aproximações: a ação de **Gupeva** se desenrola também na Bahia e trata ainda do encontro entre dois povos de culturas diferentes: a indígena e a europeia. Na esteira desta narrativa, de espírito romântico e nativista, estavam provavelmente as leituras da autora sobre as produções de outro conterrâneo maranhense: o poeta Gonçalves Dias, que escreveu os poemas épicos **I-Juca Pirama** e **Últimos Cantos** em meados do século XIX, anteriormente à autora. Esta abordagem indianista

⁹ O formato folhetinesco consiste em uma narrativa literária, seriada dentro dos gêneros prosa de ficção e romance, com duas características centrais: o formato, que respeita as publicações periódicas em revistas e jornais, publicado parcialmente; em relação ao conteúdo trata-se de uma narrativa que valoriza a ação e os vários eventos narrados com a finalidade de prender a atenção do leitor.

tão em voga no período oitocentista teve eco, portanto, na obra de Maria Firmina por meio da produção de uma narrativa épica de cunho trágico.

Isto posto, cabe uma pequena descrição da obra em análise: trata-se da narrativa da vida de um índio, Gupeva, pai de Épica, esta que se apaixona pelo marinheiro francês Gastão. O conto começa centrado-se na triste história de Épica, uma índia que teria viajado com Paraguaçu e Caramuru para a França. Ao retornar para a América a índia se casa com Gupeva, lhe revelando também que não era mais pura, tendo sido, em sua estada na Europa, seduzida por um certo Conde de.... Tendo voltado grávida, trazendo o fruto de sua breve relação com o conde, envergonhada perante Gupeva, logo Épica não resistiu, como demonstra o trecho: “A vergonha, a dor, bem depressa levaram ao sepulcro a desgraçada Épica” (REIS, 2017, p. 169). Mesmo passando pelo opróbrio da traição e da desonra, Gupeva cria a filha de Épica, fruto de sua brevíssima com o conde francês, que recebe o mesmo nome da mãe falecida.

No desenrolar da trama, o jovem francês Gastão descobre que a sua amada indígena é filha de seu pai, o Conde de... e portanto seu amor era pecaminoso. Gupeva, ao descobrir que Gastão é filho do mesmo Conde que desonrou sua família, mata o rapaz e Épica, sua filha, ao ver o que acontecera, também acaba morrendo, assim como Gupeva no desfecho da história. Esse “romance brasileiro” traz em sua concepção inicial duas proposições distintas: ao mesmo tempo em que se apresenta como modo formal de narrar epicamente a formação de nossa pátria é também uma demonstração muito bem delineada das diferenças irreconciliáveis entre culturas distintas. Não por acaso a autora aposta, logo no início de sua narrativa, numa minuciosa descrição do cenário nativo, relevando a exuberância da natureza, algo completamente diverso de um possível cenário europeu. Assim inicia a narrativa engendrada pela autora (2017, p. 149):

Era uma bela tarde; o sol de agosto animador e grato declinava já seus fúlgidos raios [...] Uma tarde de agosto nas nossas terras do norte tem um encanto particular; quem ainda as não gozou, não conhece na vida o que há de mais belo, mais poético, não conhece a hora do dia que o Criador nos deu para esquecermos todas as ambições da vida, para

folhearmos o livro do nosso passado, buscarmos nela a melhor página, a única dourada que nela existe, e aí nos deleitarmos na recordação saudável da hora feliz da nossa existência.

Essa imagem da natureza americana como marcação de diferença, como experiência do diverso, abre a narrativa de Maria Firmina e aparece outras vezes ao longo do conto, justificando o espírito do Romantismo que marca toda a obra apresentando as terras brasileiras como formas paradisíacas. Outro ponto relevante é o protagonismo do nativo: Gupeva, o nome do índio nobre, dá título à obra, à exemplo do que já fazia outro célebre autor romântico em suas obras, José de Alencar, que também intitulava suas obras de exaltação ao nativo com nomes indígenas, tais como no caso da tríade **O Guarani** (1857), **Iracema** (1865) e **Ubirajara** (1874), todas obras que buscam firmar um espírito nacionalista no seio do Romantismo brasileiro. Esse protagonismo, portanto, destaca também o ideário nacional romântico que considera relevante a matriz indianista numa abordagem folhetinesca, numa relação que conforma aspectos formais, estilísticos e temáticos. Como elementos expressos da corrente romântica no texto pode-se observar o refúgio no passado e a exaltação do nativo como imagem do bom selvagem. No que concerne à construção identitária, tema caro ao Romantismo brasileiro do século XIX, Néstor García Canclini problematiza o conceito em sua obra **Culturas Híbridas** (2013, p. XXIII):

Os estudos sobre narrativas identitárias com enfoques teóricos que levem em conta os processos de hibridação mostram que não é possível falar de identidades como se se tratasse apenas de um conjunto de traços fixos, nem afirmá-las como a essência de uma etnia ou de uma nação. A história dos movimentos identitários revela uma série de operações de seleção de elementos de diferentes épocas articulados pelos grupos hegemônicos em um relato que lhes dá coerência, dramaticidade e eloquência.

Essa afirmação de Canclini interessa-nos na medida em que demonstra como as narrativas identitárias são construídas socialmente por grupos específicos, no caso do Brasil essa construção foi articulada a partir do movimento Romântico¹⁰

¹⁰ Importante notar que este movimento, como parte do cânone literário, foi constituído quase que exclusivamente por homens brancos dos mais altos estratos sociais - vide a própria posição

que compreendia aquele momento histórico como ideal para a busca, ou a criação, de uma essência nacional. Na narrativa indígena criada por Firmina tem-se um lugar de origem que é também um processo de hibridação entre culturas: é nesse *locus* em que há uma amálgama de raças que a nação brasileira tem suas raízes profundamente arraigadas. Essa suposta identidade que a autora traça em seu conto se mostra, ao longo da narrativa, como uma tentativa falida, pois ao contrário dos empreendimentos de Alencar em que os protagonistas nativos são apresentados como aparentemente pacíficos, em Gupeva temos a impossibilidade de uma convivência serena entre os envolvidos. A convivência, ou intercuro amoroso, que não pode se realizar efetivamente é representado na paixão malograda entre Épica e Gastão: um cruzamento entre mundos diferentes, e que traz reflexos de outra relação desonrosa, só pode ser desventuroso para ambos. Anselmo Peres Alós, analisando o conto em questão no artigo “O indianismo revisitado: a autoria feminina e a literatura brasileira do século XIX” (2004, p. 11), observa com acuidade:

[...] a paixão de Gastão por Épica se configura duplamente como destinada ao trágico: primeiramente, pela fronteira racial, o que deslegitima a união frente aos valores europeus; e por estar esse amor sob as marcas do incesto, visto serem Gastão e Épica meio-irmãos.

40

Para além do tabu do incesto como forte impeditivo da paixão entre Épica e Gastão, outro ponto ainda mais relevante é a fronteira étnico-racial entre os dois. A autora constrói uma personagem, Alberto, amigo de Gastão na Marinha onde servem juntos, que tenta de toda forma dissuadi-lo de sua paixão a partir de uma série de colocações que dão destaque aos valores europeus em detrimento dos americanos. Alberto, em sua empreitada, traça toda uma imagem da índia Épica, destacando seus aspectos negativos, conforme fica explícito na passagem abaixo (REIS, 2017, p. 152):

Gastão, que loucura, meu amigo, que loucura a tua apaixonares-te por uma indígena do Brasil; por uma mulher selvagem, por uma mulher sem nascimento, sem prestígio, ora, Gastão, sê mais prudente,

social de José de Alencar. Nesse caso mais uma vez é necessário destacar o pioneirismo de Maria Firmina dos Reis em produzir nessa seara culturalmente dominada pelos homens.

esquece-a [...] Porque ela não pode ser tua mulher visto que é muito inferior a ti; porque tu não poderás viver junto dela a menos que intentasses cortar a tua carreira na marinha, a menos que, desprezando a sociedade, te quisesse concentrar com ela nestas matas.

Nessa passagem fica clara a maneira como Alberto vê a si e a Gastão, ou seja: vê a superioridade europeia em relação aos nativos do Novo Mundo. Épica é vista como o outro antropologizado, julgado inferior e tida como modelo apenas por proporcionar a crítica dos valores que não condizem com aquele que observa de fora. Essa diferença radical está primeiramente apoiada na noção de que a única identidade ou os únicos valores aceitáveis são os seus próprios, advindos da cultura e da civilização do Velho Mundo.

Por isso, a exaltação do exotismo acontece numa lógica perversa, já que o contraste com o outro é no sentido de diminuí-lo a partir de pares dicotômicos: o americano simples, selvagem e inserido num contexto natural versus o europeu complexo, civilizado e, portanto, afetado. Ainda citando Luciana Murari (1999, p. 48): “O exotismo existe, portanto, apenas à medida que esse outro que se cultua permaneça desconhecido, pois o conhecimento poderia dotá-lo de significações particulares e estranhas à sua condição de espectro”. O exótico só é interessante na medida em que pode ser demonizado, inferiorizado e subalternizado.

5 Narrativa épica e tabu do incesto

O emprego da narrativa épica é a estratégia utilizada por Maria Firmina dos Reis para narrar a história do conto **Gupeva**, que traz uma visão própria da autora sobre o mito nacional fundador. Ao longo do desenvolvimento da trama, que se apresenta em meio a mudanças no plano temporal, Gastão descobre que sua amada, a jovem Épica, na verdade também era filha de seu pai, o “Conde de...”, fruto de uma relação anterior e que, sendo Gastão e Épica meios-

irmãos, não podem consumir sua paixão - de caráter incestuoso e que se constituía como um pecado perante os valores cristãos e sociais.

As idas e vindas na narrativa são necessárias para compreender como o Conde de..., anteriormente, seduziu a mãe de Épica de forma perversa. O contato entre os dois, que representa o contato entre a cultura francesa e a cultura brasileira nativa, apresenta uma corrupção não por parte de Épica, que foi seduzida e maculada, mas por parte do Conde, um filho da Europa que demonstra toda sua indignidade na seguinte passagem em que Épica, depois de desposar Gupeva, lhe narra como foi sua estada em terras estrangeiras (2017, p. 168):

Gupeva, eu cometi uma falta, que mais tarde devia cobrir de opóbrío o homem que me recebesse por esposa. O amor não prendeu o coração do conde, ele esqueceu os extremos de meus afetos e desposou uma donzela nobre de sua nação, sem sequer comover-se das minhas lágrimas.

Percebe-se, portanto, que esse tom sombrio proporcionado pelas relações malogradas entre indígenas e europeus não poderia gerar, na obra de Maria Firmina, um canto lírico de exaltação, mas sim uma narrativa que ressalta um confronto entre as raças. Assim, o contato é permeado de violência física e simbólica, apontando como o choque cultural não poderia ser harmonioso, levando em consideração os abusos, os cerceamentos, as agressões que permeavam essas relações tão diversas entre si. Essa visão de mundo com fortes bases nas relações antropológicas que se apresentam como irreconciliáveis geram frutos indesejados e levam, fatidicamente, ao desfecho trágico do conto. O colonizador, em posição privilegiada de poder, tirava proveito de um suposto “sensualismo exacerbado” das índias, que ficavam à mercê da sexualidade e da violência dos europeus. Segundo Paulo Prado (1981, p. 90):

Dominavam-no [ao colonizador] dois sentimentos tirânicos: sensualismo e paixão do ouro. A história do Brasil é o desenvolvimento desordenado dessas obsessões subjugando o espírito e o corpo das vítimas. Para o erotismo exagerado contribuíam como cúmplices – já o dissemos – três fatores: o clima, a terra, a mulher indígena ou a escrava africana. (PRADO, 1981, p. 90).

Na trama, a jovem Épica é, afinal, fruto da vilania de um nobre francês, e não de um português, o “Conde de...”, com sua atitude desonra tanto a mãe de Épica, quanto, por uma coincidência do destino, acaba também com a vida do filho, que pela desgraça que o abate termina morto ao final da história. A autora demonstra, com essa narrativa que exalta a coragem e a virtuosidade indígena e, pelo contrário, revela a indignidade do povo francês - já que o Conde de... era de nacionalidade francesa, tendo vindo para “nossas terras do norte” apenas para corrompê-las e saciar seus desejos, descartando aquilo que julgava não lhe servir mais tão logo se sentisse satisfeito. Assim, a união entre esta parte da Europa e os nativos brasileiros seria, além de impossível, sobretudo infértil, com fundo pecaminoso.

Gupeva é o protagonista da história, que narra a trágica história de Épica mãe e como, sendo um homem digno e honesto, perdoa a esposa que caíra em tentação e resolve cuidar da jovem Épica como se sua filha fosse. Com o passar dos anos, fatidicamente acontece o encontro do jovem Gastão com Épica. Ao fim do conto Gupeva, ao contar a verdadeira história de Épica a Gastão, descobre que este é filho do Conde de... e assassina o rapaz. Essa tragédia se abate também sobre Épica, que sucumbe ao ver seu jovem amado, seu irmão, morto pelo pai que a criou. O conto **Gupeva** propõe, em sua narrativa, não uma invenção da nação brasileira, mas a impossibilidade dessa fundação de forma pacífica e harmoniosa. Assim como os demais escritores românticos de sua geração, Maria Firmina dos Reis também construiu sua narrativa épica, mas subvertendo a ordem vigente na literatura e buscando oferecer aos apreciadores de seus escritos uma leitura original e trágica sobre o processo de formação da nossa identidade.

6 Considerações finais

Ao redigir e publicar **Gupeva**, a maranhense Maria Firmina dos Reis propõe, por meio da temática indianista, uma narrativa original que bebe da fonte do Romantismo muito em voga no século XIX, mas ao mesmo tempo traz elementos inovadores para sua composição literária, como o tabu do incesto, subvertendo a ordem até então estabelecida para as obras em circulação neste momento histórico, que estavam focadas na exuberância natural e nas relações proximais entre colonizador e colonizado. Por se tratar de uma autora afrodescendente que compreendia a literatura também como um campo de posicionamento político, o desempenho intelectual de Maria Firmina se mostra por meio de um escopo de obras que refletem as diversas nuances de uma nação tão plural quanto a nossa e ainda em estado de constituição em meados do século XIX.

No amplo espaço sócio-cultural delineado no século XIX é essencial compreender como se engendrou um determinado projeto de nação, que em muito deve sua composição ao papel que a literatura exerceu enquanto terreno fértil para a constituição do imaginário nacional. Aqui foi esboçada uma crítica a uma obra outrora relegada a segundo plano pela crítica, resgatada mais recentemente nas revisões do cânone feitas pela historiografia literária. A contribuição significativa e original da obra analisada se apresenta na medida em que se pode perceber como a autora promove uma guinada nas visões de brasilidade desenhadas até então pelos literatos românticos brasileiros, tocando em temas espinhosos como o incesto em todo seu potencial trágico e no encontro de culturas como um choque de proporções irreconciliáveis.

Assim, a análise se pautou em uma temática cara ao oitocentos brasileiro, representada pela escrita de uma autora maranhense, ressaltando a importância de compreender esta literatura como espelho trágico do surgimento da nação e sublinhando o embate entre o nativo indígena, dotado de bravos sentimentos, e o colonizador vil. A produção da autora merece destaque na medida em que a sociedade atual apresenta uma guinada em prol da valorização do trabalho e da representação feminina, o que inclui sua atuação na literatura, além de se tratar de uma obra de qualidade estética que

merece um olhar mais cuidadoso por parte da crítica que se imbui esse trabalho de visibilidade da autoria feminina.

Referências

ALOS, Anselmo Péres. O indianismo revisitado: a autoria feminina e a literatura brasileira do século XIX. *Revista Organon*, v. 18, n. 37, 2004.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

ASSIS, Machado de. *Instinto de Nacionalidade*. Disponível em http://www.geocities.com/prgalvao_br Acessado em 17 jun. 2018.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750- 1880)*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2009.

CORREIA, Janaína Santos. *Maria Firmina dos Reis, vida e obra: uma contribuição para a escrita da história das mulheres e dos afrodescendentes no Brasil*. *Revista Feminismos*. Vol.1, n.3. set.-dez. 2013. Disponível em: . Acesso em: 10 jun. 2018

MENDES, Algemira Macedo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da Literatura Brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. 282f. 2006. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

MORAES FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. São Luís: COCSN, 1975.

MURARI, Luciana. O culto da diferença: imagens do Brasil entre exotismo e nacionalismo. *Revista de História*, v. 141, pp. 45-58, 1999.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Brasília: INL, 1981.

REIS, Maria Firmina dos. *Cantos à beira-mar e Gupeva*. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017.

ZIN, Rafael Balseiro. Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista. 2016. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

Recebido em: 04 de maio de 2019.
Aprovado em: 13 de novembro de 2019.